

Debate sobre integridade é o terceiro realizado pela Alliance for Integrity, parceira da CGU

O Ministério da Transparéncia e Controladoria-Geral da União (CGU) informa que a *Alliance for Integrity* promove, no dia 21 de junho, em Curitiba (PR), palestra sobre “**Compliance como abordagem multisectorial**”. Na ocasião, especialistas debatem os desafios de uma definição mais ampla de compliance, no sentido de integridade, entre empresas, parceiros de negócios e outros atores relevantes do sistema econômico no combate e prevenção à corrupção. As inscrições são gratuitas e as vagas limitadas.

O evento conta com a participação de gestores renomados da área. Entre os palestrantes estão Rafael Guedes de Castro, da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP/PR); Roberta Codignoto, da empresa Staples; Roni Enara, do Observatório Social do Brasil. (OSB). O mediador será Marco Antonio Guimarães, também da FIEP/PR.

[Acesse aqui para inscrição e mais informações](#)

A palestra faz parte dos Debates de Integridade, que serão realizados, ao longo de 2017, em diferentes regiões do Brasil. Os encontros já passaram por São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). Cada evento contou com a presença de cerca de 80 pessoas. O objetivo da ação é discutir as particularidades na gestão de compliance no setor empresarial e no setor público e identificar como ambos podem trabalhar juntos e aprender uns com os outros.

Iniciativa global

A *Alliance for Integrity* é uma iniciativa global de múltiplas partes interessadas, promovida pelo setor empresarial, que busca incentivar transparência e integridade no sistema econômico. A Alliance, criada há três anos, é implementada pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), agência de cooperação técnica alemã.

No Brasil, o conselho consultivo compartilhado com a Transparéncia Internacional (TI) foi estabelecido em maio de 2016 e é composto por representantes do setor privado (Allianz Seguros S.A., Banco do Brasil S.A., LATAM Airlines Group, Mercedes-Benz, Siemens Brasil), setor público (CADE e CGU) e sociedade civil (Rede Brasil do Pacto Global e Instituto Ethos).

Fonte: Transparéncia e Controladoria-Geral da União, em 06.06.2017.